

Violência praticada por parceiro íntimo afeta até 60% das mulheres em alguns países das Américas

A violência física ou sexual praticada pelo próprio parceiro afeta quase 60% das mulheres em alguns países das Américas. O número foi divulgado na semana passada (29) pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que considerou como “um problema generalizado de saúde pública” as agressões motivadas por questões de gênero. No Brasil, em torno de 17% das mulheres de 15 a 49 anos serão vítimas desse tipo de abuso em algum momento das suas vidas.

[\(ONU Brasil, 03/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O índice brasileiro é próximo do identificado no Uruguai. Na Bolívia, a taxa chega aos alarmantes 58,5% — a mais alta da região. O país é seguido pelo Equador (40,4%) e pelos Estados Unidos (37,7%). Em outras nove nações — Argentina, Colômbia, Costa Rica, Haiti, Honduras, Jamaica, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago —, a violência de gênero afeta mais de um quarto das mulheres em algum momento de suas vidas.

A OPAS divulgou as estatísticas por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, lembrado em 25 de novembro. Os dados são parte de uma revisão de pesquisas nacionais sobre a prevalência da violência pelo parceiro íntimo. Levantamentos foram realizados em 24 países do continente americano.

“Um problema dessa magnitude só pode ser resolvido por meio de colaboração intersetorial”, defende a diretora adjunta da OPAS, Isabella Danel. “O sistema de saúde deve fornecer às vítimas serviços empáticos, eficazes e acessíveis.”

A especialista também acredita que “o setor da saúde pode se tornar um poderoso aliado por meio da coleta e análise de dados que informam políticas e ações para prevenir essa violência”.

O estudo mostra que certos tipos de violência praticados por parceiros podem ter diminuído nos últimos 20 anos em pelo menos sete países da região — Canadá, Colômbia, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua e Peru. No entanto, algumas variações nos dados são mínimas e alguns indicadores não mudaram de maneira linear, o que sugere que se deve ter cautela ao interpretar esses números.

A violência contra as mulheres tem consequências para a saúde que incluem o feminicídio, doenças associadas à infecção pelo HIV, suicídio e mortalidade materna. Outros problemas são lesões, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez indesejada, problemas na saúde sexual e reprodutiva e transtornos mentais.

Variações nacionais

Ao analisar a ocorrência de violência de gênero praticada pelo parceiro nos 12 meses anteriores à pesquisa, a OPAS aponta percentuais que variam de 1,1% das mulheres no Canadá a 27,1% na Bolívia.

Os dados de oito países oferecem a possibilidade de comparar os níveis de violência ao longo do tempo. Evidências preliminares sugerem que, nos últimos 15 a 20 anos, tanto a violência física quanto a violência sexual podem ter diminuído no Canadá, Colômbia, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua e Peru.

No caso da Nicarágua, por exemplo, a violência física entre parceiros diminuiu quase pela metade, passando de 11,9% em 1998 para 6,1% em 2012. No Canadá, agressões físicas e/ou sexuais por companheiros da vítima tiveram queda de 50% — de 2,2% em 2004 para 1,1% em 2014.

No entanto, na República Dominicana, aumentaram os relatos de violência física sofrida nos 12 meses que antecederam o levantamento. Em 2002, 9,8% das mulheres disseram ter sido vítimas de agressões corporais cometidas pelo parceiro. Em 2013, o índice subiu para 14,7%.

Os oito países analisados nesta parte do estudo possuíam ao menos três pesquisas para revisão — o número mínimo necessário para avaliar mudanças ao longo do tempo. A OPAS recomenda cautela ao interpretar esses dados, pois outros fatores, incluindo o treinamento de entrevistadores, também podem influenciar a qualidade dos dados e a disposição da mulher em conversar. Na avaliação do organismo, são necessários dados adicionais para confirmar as tendências.

Para Alessandra Guedes, assessora regional de Violência Familiar da OPAS, “é vital que os (eventuais) ganhos sejam monitorados de perto para evitar contratemplos e consolidá-los ao longo do tempo, bem como salvaguardar os direitos e a saúde das mulheres”.

A análise da OPAS visa superar a falta de padronização entre as pesquisas dos países. A agência da ONU ressalta que, por conta das diferentes metodologias nacionais, é preciso ter cuidado na hora de comparar os níveis de violência.

“É vital que a coleta de dados seja aprimorada para entendermos melhor como essa violência afeta diferentes grupos de mulheres, entre eles, grupos minoritários e mulheres em situação de vulnerabilidade. No entanto, os dados servirão apenas ao seu propósito quando forem usados para elaborar políticas e programas que beneficiem as mulheres da região”, completou Guedes.

O papel do setor da saúde

Além de contribuir para a coleta de estatísticas, o setor de saúde pode desempenhar um papel importante na resposta à violência contra as mulheres. Profissionais podem fornecer atendimento imediato e reduzir os danos, garantindo apoio e encaminhamento para outros setores, incluindo serviços legais e sociais.

Vários estudos mostram que mulheres expostas à violência são mais propensas a procurar atendimento médico do que mulheres que não são. Mas isso nem sempre significa que as vítimas confiem nos funcionários da rede de atendimento. Iniciativas para combater violações permitem que os profissionais de saúde identifiquem rapidamente as sobreviventes de violência. Isso garante seu acesso ao apoio e cuidados necessários.

A OPAS apoia os países das Américas na capacitação de seus quadros clínicos, além de desenvolver diretrizes baseadas em evidências científicas, com o intuito de aprimorar protocolos de assistência médica.